

# O Desafio da Implementação Das Políticas Transversais

**Professora:** Carolina S Comandulli  
**Período:** Novembro de 2013



# POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POVOS E TERRAS INDÍGENAS

Um enfoque da Fundação Nacional do  
Índio

## REESTRUTURAÇÃO DA FUNAI

- Breve histórico: CF 1988, fim da tutela, redução de atribuições da Funai em termos de execução direta

### **Decretos 7056/2009 e 7778/2012:**

- Missão: proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas e formulação, coordenação e acompanhamento da política indigenista do Estado brasileiro

- Diretoria de Assuntos Fundiários – **Diretoria de Proteção Territorial**

Destaque para criação da Coordenação Geral de Monitoramento Territorial

- Diretoria de Assistência – **Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável**

Destaque para a criação da Coordenação Geral de Promoção de Cidadania

- Criação de **Comitês Regionais**

- Extinção dos Postos Indígenas e criação de **Coordenações Técnicas Locais**

Destaques:

- Funai como órgão articulador da política indigenista

- Atribuições dos demais entes federados em relação à implementação da política indigenista



## ESTRUTURA ATUAL

- 01 Presidência
- 3 Diretorias
- 14 Coordenações Gerais
- 37 Coordenações Regionais
- 291 Coordenações Técnicas Locais
- 12 Frentes de Proteção Etnoambiental



# REESTRUTURAÇÃO DA FUNAI

## Desafios:

- Entendimento por parte da sociedade sobre a nova missão institucional da Funai
- Participação efetiva dos demais entes federados na execução da política indigenista
- Implementação dos Comitês Regionais
- Estruturação das CRs e CTLs: recursos humanos e logísticos
- Capacitação de servidores





## NOVOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA POLÍTICA

- Dignidade da pessoa humana
- Pluralismo político
- Sociedade livre, justa e solidária, sem preconceitos
- Repúdio ao racismo
- Direito de igualdade
- Garantia de pleno exercício dos direitos culturais
- Valorização da diversidade étnica

## OUTROS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA INDIGENISTA

- MJ
- MS
- MEC
- MMA
- MDA
- MINC
- MRE
- Estados
- Municípios



# MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL INDÍGENA

## Avanços

- Crescente constituição das associações e organizações indígenas
- Criação de instâncias de governo que asseguram a participação indígena:
  - 2006 - Criação da CNPI: composta por representantes de organizações indígenas de todo o país e agentes dos órgãos do governo. A comissão passou a integrar a estrutura do Ministério da Justiça, tendo entre suas funções a missão de acompanhar a tramitação de projetos de lei e propor diretrizes para a política indigenista do governo
  - (1999) - Conselhos Distritais de Saúde Indígena
  - (2001) - Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena
  - (2004) - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
  - 2009 - Comitês Regionais
  - 2013 – Comitê Gestor da PNGATI
- Promoção das dimensões de gênero e geração nos processos participativos





## MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL INDÍGENA

### Consulta

- 2004 - Ratificação da Convenção 169 OIT
- Processos de consulta:
  - 2009 – Novo Estatuto do Índio
  - 2010-2011 – PNGATI
- 2012 – GTI para Regulamentação da Consulta (*cf.* Convenção 169 OIT)

### **Desafios**

- Efetivação do direito à consulta
- Otimização e regionalização das instâncias com participação social indígena
- Implementação dos Comitês Regionais da Funai e do Comitê da PNGATI
- Garantia da representatividade indígena



## GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

- Orçamento de cerca de R\$ 200 milhões/ano
- Dificuldade de execução das CRs (licitações/contratações), o que impacta na liberação do orçamento
- Especificidades: áreas remotas, em isolamento,
- Contingenciamento federal, que afeta diretamente a execução de ações



# AVANÇOS E DESAFIOS PARA APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS

## Avanços

- Consolidação de dados sobre o desmatamento em terras indígenas
- Censo 2010

## Desafios

- Produção de informações/dados sobre as terras e povos indígenas
- Compatibilidade de sistemas e mapas
- Implementação das políticas públicas, de forma complementar entre si: compatibilização de agendas e orçamentos
- Sensibilização dos entes federados para a especificidade indígena
- Melhoria da estrutura física e de recursos humanos dos órgãos que trabalham diretamente com a questão indígena

# EDUCAÇÃO

## Avanços

- Direito a uma educação escolar indígena *bilíngue, específica, diferenciada e intercultural*
- Acesso crescente ao ensino superior – vagas complementares e/ou vestibular específico
- Estabelecimento de cursos específicos para a formação de professores indígenas no nível superior - Licenciaturas Interculturais ou Indígenas (2010 – mais de 5 mil professores indígenas habilitados).
- Aumento significativo do orçamento da União dedicado à educação escolar indígena (2002: 400 mil e 2004: 3,6 milhões)
- Produção significativa de materiais bilíngues e construção de escolas nas aldeias (Programa de Ações Articuladas do MEC a partir de 2007)
- 2003 – criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar Indígena
- 2005 – criação do Projeto Inovador de Fortalecimento de Escolas de Ensino Médio Indígena
- 2009 – criação dos Territórios Etnoeducacionais –gestão compartilhada para o desenvolvimento da educação intercultural indígena
- 2013 – Programa Bolsa Permanência MEC



# EDUCAÇÃO

## Desafios

- Produção de materiais bilíngues para os últimos anos do ensino fundamental e para o ensino médio
- Publicação e divulgação da publicação acadêmica indígena
- Implementação do ensino médio intercultural nas escolas indígenas
- Construção de um sistema diferenciado de avaliação escolar indígena
- Institucionalização de políticas de acesso de estudantes indígenas ao ensino superior e que permitam sua permanência



# SAÚDE INDÍGENA

## Avanços

- 1999 – estabelecimento do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do SUS
- 2002 - Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas
- 2007 – estabelecimento de diretrizes para a Política de Atenção Integral à Saúde Mental das Populações Indígenas
- 2010 – criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI

## Desafios

- Fortalecimento da Política de Atenção Básica à Saúde
- Atendimento de Alta e Média Complexidade que respeite as especificidades indígenas
- Qualificação das equipes de atendimento – olhar diferenciado e respeito às práticas tradicionais de cura
- Atendimento nas áreas de remoto acesso
- Concurso público específico

# DOCUMENTAÇÃO BÁSICA, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL

## Avanços

- Atendimento do indígena como segurado especial, com direito à aposentadoria por idade ou por invalidez, auxílio-doença, auxílio-acidente, salário maternidade, pensão por morte, e auxílio-reclusão
- Instalação de Centros de Referência de Assistência Social nas aldeias
- 2012 – Garantia do registro da aldeia e do nomes e etnia indígena na documentação básica
- 2013 - Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre Funai e Secretaria de Renda e Cidadania – MDS que institui uma agenda de trabalho que prevê estudos e intenções para a melhoria do programa
- 2013 - Pesquisas que prevêem a avaliação do PBF e de outras políticas do escopo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

## Desafios

- Adequação dos equipamentos, benefícios e serviços de assistência às especificidades culturais indígenas
- Política de documentação e serviços para povos transfronteiriços



## INFRAESTRUTURA

### Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR (Minha Casa Minha Vida)

#### **Avanços**

- Atendimento dos povos indígenas (equiparados ao agricultor familiar)
- Previsão de discussão mínima da tipologia das casas e materiais

#### **Desafios**

- Construção de uma política de habitação que inclua uma linha de fomento às construções tradicionais

### Programa Luz para Todos

#### **Avanços**

- Inclusão das aldeias e comunidades indígenas no programa
- Consulta aos povos e comunidades antes da implementação da rede elétrica
- Inclusão de novas fontes de energia – Ex: solar

#### **Desafios**

- Implementação da política para as áreas de remoto acesso

# LICENCIAMENTO

## Avanços

- Organização da atuação da Funai nos processos de licenciamento (CGLIC)
- Garantia da oitiva dos povos indígenas nos processos
- Reconhecimento por outros setores do Governo da importância do componente indígena nos processos de licenciamento ambiental
- Início da normatização da Funai e dos demais setores do Governo sobre a participação da Funai nos Processos de Licenciamento Ambiental

## Desafios

- Reconhecimento da importância do componente indígena pelos demais setores, respeitando as especificidades e tempos do componente indígena
- Cumprimento pelos empreendedores, das medidas de mitigação e compensação, de maneira correta
- Normatização plena dos procedimentos do componente indígena
- Participação da Funai nos processos de licenciamento estaduais e municipais
- Consolidação da Funai como interveniente nos processos, inclusive com a possibilidade de se ter manifestação vinculante
- Estabelecimento e regulamentação da consulta
- Capacitação dos envolvidos para a participação nos processos de licenciamento ambiental





# PROTEÇÃO DAS TIs E SEGURANÇA PÚBLICA

## Avanços

- Criação de um Coordenação Geral de Monitoramento Territorial na Funai
- Participação da Funai na Comissão Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais
- ACT com o DPF para ações conjuntas
- ACT com Estado do MS para policiamento comunitário em TIs regularizadas

## Desafios

- Sensibilização dos órgãos com poder de polícia regulamentado (DPF, Ibama, etc) para atuação pronta e conjunta quando da ocorrência de invasões e ilícitos ambientais em TIs
- Consolidação de uma estratégia de enfrentamento à violência em TIs regularizadas



# GESTÃO AMBIENTAL E ETNODESENVOLVIMENTO

## Avanços

- Experiências bem sucedidas de projetos em TIs, com apoio do PPG7, KfW e GEF, como por ex: PDA, PDPI, PPTAL, Carteira Indígena, GATI.
- 2007 – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
- 2010 - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- 2012 – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
- 2012 – Criação da DAP-I
- Construção participativa da PNGATI com os povos indígenas
- Reconhecimento da participação das TIs em mosaico de áreas protegidas (caso AP e norte PA)
- Maior articulação da Funai com o ICMBio para tratamento dos casos de sobreposição de TIs e UCs
- Maior reconhecimento dos instrumentos para gestão territorial e ambiental de TIs pelos órgãos de governo.

## GESTÃO AMBIENTAL E ETNODESENVOLVIMENTO

### Desafios

- Criação de ambiente institucional/legal que permita a utilização de recursos públicos pelas organizações indígenas e outras organizações de caráter indigenista e ambiental
- Mobilização de instituições de ATER preparadas para lidar com populações diferenciadas
- Criar política/programa que possibilite o acesso, a multiplicação, a distribuição e o cultivo de sementes tradicionais aos povos indígenas
- Apoiar e regulamentar atividades de geração de renda para povos indígenas
- Capacitar e formar gestores indígenas e não-indígenas para implementação da PNGATI.
- Sensibilizar diferentes setores de governo para a importância de investir em outro modelo de desenvolvimento, mais sustentável.
- Estreitar parcerias com os órgãos ambientais, além das organizações indígenas e indigenistas, visando a implementação da Política.
- Consolidar o reconhecimento da importância do papel dos povos indígenas para a conservação da biodiversidade no Brasil.
- Abrir novas linhas de financiamento e/ou fundos de recursos especificamente destinados à gestão territorial e ambiental dos povos indígenas, garantindo a continuidade e sustentabilidade dessas ações



**OBRIGADA!**